

**AgInt nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.716.186 - SP (2017/0327897-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : TELEFÔNICA BRASIL S.A  
**ADVOGADOS** : HELDER MASSAAKI KANAMARU - SP111887  
THAIS DE MELLO LACROUX E OUTRO(S) - SP183762  
**AGRAVADO** : JULIA AUGUSTA MANGABEIRA  
**ADVOGADOS** : ARNALDO FERREIRA MÜLLER - PR008999  
ROSIMARI LOBAS - SP370245

**EMENTA**

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE TELEFONIA. PCT. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC. REQUISITOS PARA RECONHECER A OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. CÁLCULO DE INDENIZAÇÃO. RAZÕES DISSOCIADAS ENTRE SI. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA Nº 284/STF. DECISÃO MANTIDA.

1. Para se configurar a omissão do julgado, em afronta ao art. 535 do CPC, é necessária a presença de quatro requisitos: a) não tenha o Tribunal de origem se manifestado sobre a matéria; b) oposição de aclaratórios; c) tenha o ponto sido devolvido em razões ou contrarrazões à apelação ou ao agravo de instrumento; e d) seja relevante para o deslinde da controvérsia.
2. Não tendo sido a questão devolvida ao Tribunal *a quo* nas razões de apelação, tem-se que a controvérsia foi integral e suficientemente apreciada, inexistindo omissão a ser sanada.
3. Não cabe recurso especial quando as razões são dissociadas entre si, não sendo demonstrada a relação entre as alegações e os artigos apontados como malferidos. Deficiência na fundamentação que enseja a aplicação da Súmula nº 284/STF.
4. Agravo interno não provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça acordam, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira (Presidente) e Marco Buzzi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator

